

3.4.4. Processo nº 000010-012/2018
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marituba
 Origem: 3ª Promotor de Justiça Cível de Marituba
 Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação do advogado constituído para representar o Município de Marituba.

3.4.5. Processo nº 000085-440/2015
 Requerente(s): Moradores da Comunidade Jardim Dom Bosco
 Requerido(s): Município de Ananindeua
 Origem: 2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua
 Assunto: Apurar a realização de serviços asfáltico e de saneamento básico nas ruas Coronel Fontoura, Marivaldo Filho, Gabriel Furtado, Santa Ana, Santa Marta e Dom Bosco, localizadas no município de Ananindeua.

3.4.6. Processo nº 010702-031/2015
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Centenor Empreendimentos
 Origem: 7º PJ de Santarém
 Assunto: Apurar possível irregularidade quanto a extração de madeira do Cumaru pela empresa Centenor Empreendimentos, na região do Craval, ramal do Rio Verde, Zona Rural de Óbidos, o que estaria afetando a subsistência de 60 (sessenta) famílias que sobrevivem do extrativismo da Castanha do Cumaru na região.

3.4.7. Processo nº 000062-036/2017
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Prefeitura De Benevides
 Origem: 3º PJ De Benevides
 Assunto: Apurar possível irregularidade ocorrida no Processo Seletivo Público 001/15, da Secretaria Municipal de Saúde de Benevides que teria contratado servidor temporário em detrimento do candidato Pedro da Silva Menezes Júnior, aprovado para o cargo de agente de endemias.

3.4.8. Processo nº 000053-012/2018
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marituba
 Origem: 3ª Promotor de Justiça Cível de Marituba
 Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Fundo Municipal de Assistência Social em 2013.

3.4.9. Processo nº 000054-012/2018
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Prefeitura de Marituba
 Origem: 5º Promotor de Justiça de Marituba
 Assunto: Apurar violação ao Código de Posturas do Município pelo Sr. Deyverson Ramon, devido construção irregular de fossa séptica, com prejuízos aos moradores do condomínio residencial nova Marituba II.

3.4.10. Processo nº 000123-151/2017
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna - FHCGV
 Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital
 Assunto: Apurar possível contratação temporária de servidor no âmbito do Hospital de Clínicas Gaspar Viana, o que em tese, caracterizaria ato de improbidade administrativa.

3.4.11. Processo nº 000519-440/2015
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Em apuração
 Origem: 1º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua
 Assunto: Apurar possíveis danos ambientais decorrente de invasão de terreno localizado próximo ao Rio Maguari.

4.O que ocorrer.
 Belém-PA, 06 de junho de 2018.
 LEILA MARIA MARQUES DE MORAES
 Procuradora de Justiça
 Secretária do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 321671

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL

Nº 000050-151/2016-4ºPJDPMPA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DO 4º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. RODIER BARATA ATAÍDE, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil nº 000050-151/2016, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
 Portaria de Conversão nº 026/2018 – 4ºPJDPMPA
 Data da Instauração: 28 de maio de 2018.
 Objeto: Apurar possível ato de improbidade administrativa realizada por ex-servidor da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, que foi admitido na função de servidor temporário, porém nunca teria efetivamente trabalhado na Secretaria, apesar de receber integralmente seus vencimentos.
 Promotor de Justiça: RODIER BARATA ATAÍDE
 Promotoria de Justiça: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo: 321286

EXTRATO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000431-125/2018-MP/1ªPJ/DCF/DH

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS, Dr.ª MARIA DAS GRAÇAS CORREA CUNHA, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 000431-125/2018-MP/1ª PJ/DCF/DH, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
 Portaria de Instauração nº 026/2018
 Data da Instauração: 07/05/2018

Objeto: Acompanhar e fiscalizar as medidas a serem adotadas pela SEMEC/PA, para a melhoria das condições de funcionamento das escolas EM Ruy da Silveira Britto, EMEF Gabriel Lage da Silva, EM Palmira Lins de Carvalho, EM Amália Paumgarten, EM Honorato Filgueiras, EM Nestor Nonato Lima, EM Maria Stellina Valmont, EM Inês de Mendonça Maroja, e EM Maria Luiza Pinto do Amaral.
 Promotoria de Justiça: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS

Promotora de Justiça: Maria das Graças Corrêa Cunha.
Protocolo: 321164

EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO Nº 006/2018 – MP -2PJ MA/PC/HU – BEL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio do 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, e art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 057/06, torna pública a Recomendação nº 006/2018-MP-2ª PJ MA/PC/HU-BEL, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça, na Rua Ângelo Custódio, nº 36 – Anexo I – térreo – Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Destinatário: SESAN – Secretaria Municipal de Saneamento, na pessoa de seu Secretário
 Recomendação: - 1) A conclusão das obras de pavimentação e drenagem da Passagem São Benedito, iniciada quando da obra realizada na Passagem Gaspar Dutra; 2) A execução das obras de pavimentação e drenagem das vias, onde estão situadas as comunidades Nova Canaã e Paraíso verde, localizadas depois do Canal do Mártir, para que as obras sejam orçadas e, caso não exista previsão orçamentária para execução neste exercício, que proponha a inclusão orçamentária para o exercício financeiro de 2019, especificando a previsão para aquela localidade; 4) A retificação e desobstrução do Canal Ana Deusa. RECOMENDAR ainda que cientif que ao Ministério Público Estadual, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento desta, das providências e medidas efetivadas no sentido de cumprir a orientação acima elencada. ADVERTIR que o não atendimento, sem justificativa, da presente recomendação, poderá importar na responsabilização das autoridades recomendadas, visando a resguardar os bens ora tutelados, inclusive, com a propositura de apropriada ação civil pública por improbidade administrativa, conforme previsto no art. 11 da Lei 8.429/92.
 Data: 29 de maio de 2018.
 Promotor de Justiça: NILTON GURJÃO DAS CHAGAS.

Protocolo: 321337

EXTRATO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003170-131/2017-MP/1ªPJ/DCF/DH

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS, Dr.ª MARIA DAS GRAÇAS CORREA CUNHA, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 000136-125/2018-MP/1ª PJ/DCF/DH, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
 Portaria de Instauração nº 025/2018
 Data da Instauração: 25/04/2018
 Objeto: Considerando a necessidade de novas diligências para agilizar a regularização da propriedade da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Gabriela Ramos Oliveira, além de acompanhar as medidas a serem adotadas para a melhoria da Infraestrutura da escola, Gestão Escolar e Projeto Político Pedagógico.
 Promotoria de Justiça: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS
 Promotora de Justiça: Maria das Graças Corrêa Cunha.

Protocolo: 321143

EXTRATO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000488-125/2018-MP/1ªPJ/DCF/DH

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS, Dr.ª MARIA DAS GRAÇAS CORREA CUNHA, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 000488-125/2018-MP/1ª PJ/DCF/DH, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 027/2018
 Data da Instauração: 28/05/2018
 Objeto: Acompanhar e fiscalizar as medidas a serem adotadas pela SEDUC, para a regularização dos Conselhos Escolares das escolas da USE 02.
 Promotoria de Justiça: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS
 Promotora de Justiça: Maria das Graças Corrêa Cunha.

Protocolo: 321134

EXTRATO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

O 5º Promotor de Justiça Criminal de Santarém, com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º e Art. 13 da Resolução nº 181 – CNMP, de 07/08/2017, torna pública a PRORROGAÇÃO do prazo por mais 90(noventa) dias do Procedimento Investigatório Criminal SIMP nº 013492-031/2017, instaurado através do Portaria Conjunta nº. 002/2017, publicada do Diário Oficial do Estado do Pará em 23/11/2017 e que se encontra à disposição na 9ª Promotoria de Justiça de Santarém, situada na Avenida Mendonça Furtado, 3991 – Liberdade CEP: 68.040-050, Santarém/PA, Fone: (93) 3512 0400.

RODRIGO AQUINO SILVA, 5ª Promotor de Justiça de Santarém e atuando em conjunto com a 9ª Promotoria de Justiça de Santarém

Protocolo: 321050

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000006-110/2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO CALENDÁRIO DE 2010

Entidade: Lar de Ismael
 ARQUIVAMENTO

3. DA CONCLUSÃO
 Ante o exposto, o Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas e Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial da comarca de Belém, por considerar a ausência de motivos que justifiquem a tramitação deste procedimento preliminar de prestação de contas, decide:

1) PROMOVER, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo, por falta de legitimidade do Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial da Comarca de Belém; Belém (PA), 15 de maio de 2018.
 Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

2º Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.

Protocolo: 321370

EXTRATO DA PORTARIA Nº 018/2018/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000281-960/2017 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.
 Portaria nº 018/2018/MP/12ªPJMAB.
 Interessados: MORADORES DA COMUNIDADE PAZ COM CRISTO (ANTIGA FAZENDA CARACOL.

Assunto: Acompanhar processo de regularização fundiária pelo “Programa Terra Legal” da área rural denominada Paz com Cristo, localizada na Rodovia BR 222, Km 92, antiga Fazenda Caracol, zona rural do Município de Abel Figueiredo.
 JANE CLEIDE SILVA SOUZA
 Promotora de Justiça
 Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 321093

EXTRATO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

O 5º Promotor de Justiça Criminal de Santarém, com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º e Art. 13 da Resolução nº 181 – CNMP, de 07/08/2017, torna pública a PRORROGAÇÃO do prazo por mais 90(noventa) dias do Procedimento Investigatório Criminal SIMP nº 013495-031/2017, instaurado através do Portaria Conjunta nº. 003/2017, publicada do Diário Oficial do Estado do Pará em 23/11/2017 e que se encontra à disposição na 9ª Promotoria de Justiça de Santarém, situada na Avenida Mendonça Furtado, 3991 – Liberdade CEP: 68.040-050, Santarém/PA, Fone: (93) 3512 0400.

RODRIGO AQUINO SILVA, 5º Promotor de Justiça de Santarém e atuando em conjunto com a 9ª Promotoria de Justiça de Santarém

Protocolo: 321043